



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

1.1 - Setor Demandante: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para a realização de treinamento presencial sobre a Lei nº 14.133/2021 é imprescindível para capacitar fiscais e gestores de contratos no âmbito deste órgão. A nova legislação, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, demanda atualização técnica e aprofundamento dos profissionais responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, garantindo a correta aplicação das disposições legais e a mitigação de riscos administrativos e jurídicos.

2.2 A necessidade da capacitação decorre da complexidade e das inovações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021, que impactam diretamente nos procedimentos de contratação pública, na fiscalização dos contratos e na gestão eficiente dos recursos públicos. O treinamento presencial possibilitará a troca de experiências, esclarecimento de dúvidas e a assimilação prática dos conceitos, promovendo maior segurança jurídica e eficiência na execução dos contratos administrativos.

2.3 Assim, a contratação atende ao interesse público ao fortalecer a qualificação técnica dos servidores, assegurar a conformidade legal dos processos licitatórios e contratuais, e contribuir para a transparência e economicidade na gestão pública. Dessa forma, o investimento em capacitação é fundamental para o aprimoramento institucional e para o cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão, garantindo a correta aplicação da nova legislação.

3 - DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

| Item | Descrição | Unid. | Quant. |
|------|---|-------|--------|
| 01 | Contratação de empresa especializada para treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos colaboradores designados como gestores e fiscais de contratos. | SV | 01 |

4 - PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Quem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



4.1 - Os serviços necessitam ser contratados e iniciados até 30 de agosto de 2025, considerando a disponibilidade do palestrante e a necessidade de alinhamento nas agendas dos participantes. Essa escolha visa otimizar a participação dos colaboradores e garantir um aproveitamento máximo da experiência ofertada..

5 - INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Dada a baixa complexidade da contratação o(s) próprio(s) titular(es) do(s) setor(es) demandante(s) ficará(ão) responsável(is) pela elaboração do ETP - TR/PB - quando necessários..

6 - DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

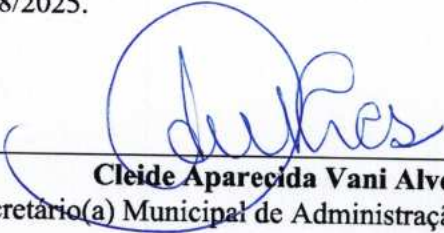
6.1 - Gestor: Gilmar de Oliveira Barbosa Arantes

Fiscal: Teresinha Cristina Diniz da Costa.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 - Declaro que os agentes públicos indicados para o planejamento e a fiscalização da contratação, foram comunicados e estão cientes de suas atribuições.

Bocaina de Minas, 20/08/2025.



Cleide Aparecida Vani Alves
Secretário(a) Municipal de Administração e Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - Proposta de objeto

1.1 - Contratação de empresa especializada para treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos servidores designados como gestores e fiscais de contratos..

1.2 - Área(s) requisitante(s)

1.2.1 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2 - Descrição da necessidade

2.1 - A contratação de empresa especializada para a realização de treinamento presencial sobre a Lei nº 14.133/2021 é imprescindível para capacitar fiscais e gestores de contratos no âmbito deste órgão. A nova legislação, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, demanda atualização técnica e aprofundamento dos profissionais responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, garantindo a correta aplicação das disposições legais e a mitigação de riscos administrativos e jurídicos.

2.2 A necessidade da capacitação decorre da complexidade e das inovações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021, que impactam diretamente nos procedimentos de contratação pública, na fiscalização dos contratos e na gestão eficiente dos recursos públicos. O treinamento presencial possibilitará a troca de experiências, esclarecimento de dúvidas e a assimilação prática dos conceitos, promovendo maior segurança jurídica e eficiência na execução dos contratos administrativos.

2.3 Assim, a contratação atende ao interesse público ao fortalecer a qualificação técnica dos servidores, assegurar a conformidade legal dos processos licitatórios e contratuais, e contribuir para a transparência e economicidade na gestão pública. Dessa forma, o investimento em capacitação é fundamental para o aprimoramento institucional e para o cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão, garantindo a correta aplicação da nova legislação.

3 - Da viabilidade jurídica da terceirização

3.1 - O art. 48 da Lei n. 14.133, de 2021, permite a terceirização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, observadas as vedações a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

3.2 - Na presente contratação, é viável a terceirização, pois os serviços de treinamentos possuem caráter técnico-especializado, de natureza instrumental ou complementar, o que os torna passíveis de terceirização, nos termos da legislação vigente.

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - Da natureza dos serviços

4.1.1 - A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 74, inciso III, alínea(s)f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;.

4.2 - Duração do contrato de prestação de serviços

4.2.1 - O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, contados da data de assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/21.

4.2.2 - Justificativa sobre a natureza contínua ou não do serviço

4.2.2.1 - Trata-se de prestação de serviços NÃO contínuos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



4.3 - Sustentabilidade

4.3.1 - Devem ser atendidos os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021 e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível.

5 - Descrição da solução como um todo

5.1 - A solução refere-se à contratação Contratação de empresa especializada para treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos servidores designados como gestores e fiscais de contratos., conforme condições e especificações contidas abaixo:

5.1.1 - Dos serviços a serem prestados

Contratação de empresa especializada para realizar um treinamento presencial de 06 (seis) horas sobre a Lei de Licitações (Lei 14.133/2021). O curso será direcionado aos servidores designados como gestores e fiscais de contratos, com uma estimativa de 30 participantes. O objetivo é proporcionar uma compreensão aprofundada da legislação, promovendo a aplicação prática de seus conceitos e diretrizes. A proposta deve incluir metodologias interativas e materiais de apoio para garantir um aprendizado eficaz e engajado.

6 - Da caracterização da inexigibilidade de licitação - Inviabilidade de competição

6.1 - Para uma melhor compreensão, transcreve-se os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a hipótese de inexigibilidade de licitação para a pretendida contratação, a saber:

(...)

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;*
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

(...)

6.2 - 6.2.1 - A contratação de uma empresa especializada para a realização de um treinamento presencial em Lei de Licitações é considerada inviável para competição, conforme o disposto no inciso III e §3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Essa legislação permite a inexigibilidade de licitação quando a natureza dos serviços exige profissionais ou empresas com notória especialização, cuja atuação oferece soluções únicas e de complexidade técnica elevada.

6.2.2 - O treinamento, com duração de seis horas e voltado a gestores e fiscais de contratos, possui características eminentemente intelectuais e específicas, demandando uma metodologia interativa e materiais personalizados. A natureza técnica e especializada do serviço requer profissionais altamente qualificados, cujos conhecimentos não podem ser facilmente replicados, garantindo assim a qualidade e efetividade do aprendizado.

6.2.3 - Além disso, orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) reforçam que a contratação de serviços cujos resultados são de difícil padronização, como treinamentos especializados, caracteriza-se como inviável para competição. A singularidade do objeto e a necessidade de notória especialização dos profissionais envolvidos são fatores que justificam a contratação direta.

6.3 - Da notória especialização (Art. 74, inciso III, §3º da Lei 14.133/2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



6.3.1 - O art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 determina que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial no casos de *"contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) Alínea(s) c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.*

6.3.2 - O § 3º do mesmo artigo traz a definição da notória especialização como sendo *"o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."*

6.3.3 - **Portanto, a notória especialização demonstra a razão da escolha do fornecedor ou executante**, nos termos do inciso III, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, da doutrina e da jurisprudência.

6.3.4 - Recentemente o TCE-MG decidiu nos autos do processo 1024529 no sentido de que, **a notória especialização consiste basicamente na atuação especializada reconhecida**, o que é visível diante da documentação apresentada.

6.4 - 6.4 - Considerando a legislação vigente, especificamente o artigo 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade da licitação em casos onde a competição é inviável devido à notória especialização do contratado, apresentamos a seguir a justificativa para a contratação do Professor Leandro Matsumota, um profissional que possui características que o distinguem no campo do Direito.

6.4.1 - Formação Acadêmica Distinta: Professor Matsumota é Doutorando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e possui um histórico acadêmico robusto, incluindo um Mestrado em Políticas Sociais e especialização em Direito do Estado. Esse conhecimento integrado e profundo nas áreas de Direito Público e Privado o torna um especialista altamente qualificado, essencial para serviços que exigem expertise técnica;

6.4.2 - Produção Bibliográfica Reconhecida: A atividade autoral do Professor inclui a publicação do "Manual de Direito Administrativo" e a coautoria do livro "Desvendando o Estudo Técnico Preliminar". Seus escritos são referenciais na área, demonstrando sua capacidade analítica e compreensão detalhada do Direito Administrativo, especialmente em questões relacionadas a licitações e contratos administrativos, aumentando sua notoriedade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



como especialista.

6.4.3 - **Experiência Profissional Relevante:** Como advogado e professor, o Professor Matsumota atua em diversas instituições de ensino e tem experiência prática em licitações e contratos, tendo exercido cargos de destaque na administração pública, como Advogado Geral e Secretário em prefeituras, professor do Centro Universitário São Judas Tadeu (São Judas), Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Damásio, EBRADI e Escola Mineira de Direito. Essa vivência direta proporciona um diferencial competitivo, pois combina teoria e prática, permitindo que ele ofereça soluções adequadas e eficazes em contextos jurídicos complexos.

6.4.4 - **Participação em Eventos de Capacitação e Ensino:** O Professor Leandro Matsumota tem uma destacada participação em congressos e seminários nas áreas de licitações e contratos, refletindo seu compromisso com a atualização profissional. Eventos como o 1º Congresso de Capacitação para novos agentes municipais e o 9º Congresso Brasileiro de Licitações e em Congressos da Escola Mineira de Direito, demonstram sua atuação e voz ativa na discussão sobre a Lei nº 14.133/2021 e nas fases preparatórias dos processos licitatórios, contribuindo para a formação de novos profissionais e promovendo o avanço das práticas no setor público, alinhando-se às novas exigências legais.

6.4.5 - **Reconhecimento Formal:** O Professor foi agraciado com o título de "Cidadão Santista", evidenciando sua contribuição para a sociedade e seu compromisso com a promoção de boas práticas na administração pública. Tal reconhecimento reflete a confiança que a comunidade possui em sua capacidade e habilidades.

6.5 - Em razão de sua formação acadêmica, produção bibliográfica, ampla experiência prática, participação ativa na discussão de temas jurídicos contemporâneos e reconhecimento na sociedade, o Professor Leandro Matsumota não apenas atende aos requisitos necessários para a demonstração de notória especialização, mas também viabiliza a inexigibilidade da licitação para sua contratação. Assim, sua expertise representa uma garantia de qualidade e eficiência nos serviços a serem prestados.

7 - Estimativa das Quantidades a serem contratadas

| Item | Descrição | Unid. | Quant. |
|------|---|-------|--------|
| 01 | Contratação de empresa especializada para treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos colaboradores designados como gestores e fiscais de contratos. | SV | 01 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



O dimensionamento do quantitativo foi realizado por meio de uma análise das necessidades da administração pública, levando em conta as lacunas no conhecimento dos servidores designados como fiscais e gestores em relação à Lei de Licitações. Essa análise teve como foco principal aprimorar a gestão e fiscalização dos contratos, assegurando que os profissionais estejam devidamente capacitados para desempenhar suas funções e exigências da legislação vigente..

8 - Levantamento de mercado e estimativa do valor da contratação

8.1 - Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem à necessidade do Município. Na oportunidade, constatamos que o modelo mais adotado para este tipo de contratação é a inexigibilidade de licitação, dada a impossibilidade de estabelecimento de comparação objetiva entre os profissionais/ empresas passíveis de serem contratados.

A especificidade da contratação em tela, similarmente ao constatado em contratações análogas realizadas por outros órgãos e entidades da Administração, impossibilita o estabelecimento de comparação objetiva entre os profissionais ou empresas potencialmente contratadas. Consequentemente, torna-se inviável o levantamento de preços de mercado tradicional, em virtude da natureza individualizada das soluções oferecidas, que se distinguem substancialmente entre si.

Nesse sentido, a Decisão nº 439/98 do TCU - Plenário, ao analisar treinamentos e, por analogia, outros serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, já reconheceu que, mesmo abordando temas semelhantes, a execução por profissionais distintos implica em soluções e resultados diferenciados.

A avaliação, estimativa e justificativa do preço, deverá seguir as regras previstas no art. 23, da Lei 14.133/2021 e Decreto 320/2024.

8.2 - O valor total estimado da contratação é de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais)..

9 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando tratar-se de objeto indivisível e para o alcance do resultado pretendido, não se aplica o parcelamento.

10 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - **Contratações correlatas** são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser contratadas para a completa prestação do objeto principal. **Já as contratações**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

10.2 - Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

11 - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, quando elaborado

11.1 - A contratação pretendida está alinhada com o planejamento do presente exercício; no entanto, o Plano de Contratações Anual ainda não foi adotado pelo Contratante.

12 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

12.1 - Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

12.1.1- Capacitação dos Servidores: Aumento do conhecimento sobre a legislação vigente, capacitando os gestores e fiscais de contratos para uma melhor execução de suas funções;

12.1.2 - Melhoria na Gestão de Contratos: Redução de erros e retrabalhos na execução de contratos, minimizando riscos e responsabilizações legais e financeiras;

12.1.3 - Eficiência nos processos licitatórios: Processos licitatórios mais ágeis e transparentes, resultantes da segregação de funções entre os setores requisitantes e facilitando a comunicação entre as equipes;

12.1.4 - Aprimoramento da Fiscalização: Melhoria na capacidade de fiscalização dos contratos, garantindo que os serviços e produtos sejam entregues conforme o acordado, evitando desvios fraudulentos;

12.1.5 - Avaliação de Desempenho: Implementação de indicadores de desempenho que permitam avaliar a eficácia das contratações e a performance dos servidores treinados.

12.2 - Considerações Finais: A contratação de uma empresa especializada é um investimento estratégico, visando não apenas a conformidade legal, mas também a maximização da execução dos contratos e a melhoria contínua na gestão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



13 - Providências a serem Adotadas

13.1 - Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização.

14 - Possíveis Impactos Ambientais

14.1 - Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

15 - Declaração de Viabilidade

15.1 - Declaro(amos) viável esta contratação.

15.1.1 - Justificativa da Viabilidade

15.1.1.1 - O estudo preliminar evidenciou que a forma de contratação que maximiza a probabilidade de alcançar os resultados desejados, com a mitigação dos riscos e a observância dos princípios de eficácia e eficiência, se apresenta por meio de inexigibilidade de licitação, conforme previsto na alínea "f", III, art. 74, Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



Bocaina de Minas, 20/08/2025



Cleide Aparecida Vani Alves
Secretário(a) Municipal de Administração e Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Contratação de empresa especializada para treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos servidores designados como gestores e fiscais de contratos., conforme condições e especificações contidas neste termo.

| Item | Descrição | Unid. | Quant. |
|------|---|-------|--------|
| 01 | Contratação de empresa especializada para treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos colaboradores designados como gestores e fiscais de contratos. | SV | 01 |

2 - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, contados da data de assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/21.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1 - A descrição da necessidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. - DA CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

4.1 - Fundamentação legal

4.1.1. A Lei Federal nº 14.133/2021, dispõe que:

"Art. 74". É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- (...)

4.1.2. No caso concreto a base legal da contratação direta do objeto é o inciso III, alínea(s) -f) **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**; e §3º do art. 74, combinado com o art. 6º, todos da Lei nº 14.133/21, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

4.1.3 - A justificativa da inviabilidade de competição foi apresentada no estudo técnico preliminar.

4.1.3.1 - Segue trecho do ETP:

"(...)6.2.1 - A contratação de uma empresa especializada para a realização de um treinamento presencial em Lei de Licitações é considerada inviável para competição, conforme o disposto no inciso III e §3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Essa legislação permite a inexigibilidade de licitação quando a natureza dos serviços exige profissionais ou empresas com notória especialização, cuja atuação oferece soluções únicas e de complexidade técnica elevada.

6.2.2 - O treinamento, com duração de seis horas e voltado a gestores e fiscais de contratos, possui características eminentemente intelectuais e específicas, demandando uma metodologia interativa e materiais personalizados. A natureza técnica e especializada do serviço requer profissionais altamente qualificados, cujos conhecimentos não podem ser facilmente replicados, garantindo assim a qualidade e efetividade do aprendizado.

6.2.3 - Além disso, orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) reforçam que a contratação de serviços cujos resultados são de difícil padronização, como



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



treinamentos especializados, caracteriza-se como inviável para competição. A singularidade do objeto e a necessidade de notória especialização dos profissionais envolvidos são fatores que justificam a contratação direta. (...) "

4.2 - Da notória especialização e razão da escolha do executante (Art. 74, inciso III, §3º c/c art. 72, inciso VI ambos da Lei 14.133/2021)

4.2.1 - O art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 determina que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial no casos de "contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) **Alínea(s) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

4.2.2 - O § 3º do mesmo artigo traz a definição da notória especialização como sendo "o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

4.2.3 - **Portanto, a notória especialização demonstra a razão da escolha do fornecedor ou executante,** nos termos do inciso III, do art. 74, da Lei n.º 14.133/2021, da doutrina e da jurisprudência.

4.2.4 - Recentemente o TCE-MG decidiu nos autos do processo 1024529 no sentido de que, **a notória especialização consiste basicamente na atuação especializada reconhecida,** o que é visível diante da documentação apresentada.

4.2.4.1 - A justificativa da **notória especialização** e a **razão da escolha** foram apresentadas no estudo técnico preliminar.

4.2.4.2 - Segue trecho do ETP:

"(...)6.4 - Considerando a legislação vigente, especificamente o artigo 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade da licitação em casos onde a competição é inviável devido à notória especialização do contratado, apresentamos a seguir a justificativa para a contratação do Professor Leandro Matsumota, um profissional que possui características que o distinguem no campo do Direito.

6.4.1 - *Formação Acadêmica Distinta: Professor Matsumota é Doutorando em*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e possui um histórico acadêmico robusto, incluindo um Mestrado em Políticas Sociais e especialização em Direito do Estado. Esse conhecimento integrado e profundo nas áreas de Direito Público e Privado o torna um especialista altamente qualificado, essencial para serviços que exigem expertise técnica;

6.4.2 - Produção Bibliográfica Reconhecida: A atividade autoral do Professor inclui a publicação do "Manual de Direito Administrativo" e a coautoria do livro "Desvendando o Estudo Técnico Preliminar". Seus escritos são referenciais na área, demonstrando sua capacidade analítica e compreensão detalhada do Direito Administrativo, especialmente em questões relacionadas a licitações e contratos administrativos, aumentando sua notoriedade como especialista.

6.4.3 - Experiência Profissional Relevante: Como advogado e professor, o Professor Matsumota atua em diversas instituições de ensino e tem experiência prática em licitações e contratos, tendo exercido cargos de destaque na administração pública, como Advogado Geral e Secretário em prefeituras, professor do Centro Universitário São Judas Tadeu (São Judas), Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Damásio, EBRADI e Escola Mineira de Direito. Essa vivência direta proporciona um diferencial competitivo, pois combina teoria e prática, permitindo que ele ofereça soluções adequadas e eficazes em contextos jurídicos complexos.

6.4.4 - Participação em Eventos de Capacitação e Ensino: O Professor Leandro Matsumota tem uma destacada participação em congressos e seminários nas áreas de licitações e contratos, refletindo seu compromisso com a atualização profissional. Eventos como o 1º Congresso de Capacitação para novos agentes municipais e o 9º Congresso Brasileiro de Licitações e em Congressos da Escola Mineira de Direito, demonstram sua atuação e voz ativa na discussão sobre a Lei nº 14.133/2021 e nas fases preparatórias dos processos licitatórios, contribuindo para a formação de novos profissionais e promovendo o avanço das práticas no setor público, alinhando-se às novas exigências legais.

6.4.5 - Reconhecimento Formal: O Professor foi agraciado com o título de "Cidadão Santista", evidenciando sua contribuição para a sociedade e seu compromisso com a promoção de boas práticas na administração pública. Tal reconhecimento reflete a confiança que a comunidade possui em sua capacidade e habilidades.

6.5 - Em razão de sua formação acadêmica, produção bibliográfica, ampla

Quilbes



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



experiência prática, participação ativa na discussão de temas jurídicos contemporâneos e reconhecimento na sociedade, o Professor Leandro Matsumoto não apenas atende aos requisitos necessários para a demonstração de notória especialização, mas também viabiliza a inexigibilidade da licitação para sua contratação. Assim, sua expertise representa uma garantia de qualidade e eficiência nos serviços a serem prestados.(...) "

4.3 - Justificativa do preço (Art. 72, inciso VII da Lei 14.133/2021)

4.3.1 - Como acima mencionado, a licitação é inexigível para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

4.3.2 - Nesse caso, portanto, não cabe falar em menor preço, uma vez que a escolha do objeto não é determinada pelo seu valor.

4.3.3 - Entretanto, conforme art. 72, VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é imprescindível que seja justificado o preço que será pago para o evento.

4.3.4 - Essa justificativa pode ser por meio da comprovação da razoabilidade do valor cobrado pelo(a) futuro contratado nos termos do §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021.

"Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo".

4.3.5 - Foram realizados orçamentos com três empresas para a prestação do serviço, apresentando os seguintes valores:

LM Cursos e Capacitação LTDA: R\$ 11.800,00

Tiossi Junior: R\$ 24.854,62

Andrade & Alves LTDA - ME (Escola Brasileira de Direito Administrativo) : R\$ 25.000,00

Adubas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



O valor de R\$ 11.800,00 proposto pela LM Cursos e Capacitação LTDA foi o menor valor entre os orçamentos realizados, e a escolha por este prestador será justificada pela sua notória especialização e pela adequação do valor ao mercado, considerando a natureza do serviço e a qualidade oferecida. Além disso, serão apresentadas notas fiscais de serviços similares realizados nos últimos doze meses para comprovar a razoabilidade do preço proposto.

5 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 - A solução refere-se à *Contratação de empresa especializada para treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos servidores designados como gestores e fiscais de contratos.*, conforme condições e especificações contidas abaixo:

5.1.1 - Dos serviços a serem prestados

Contratação de empresa especializada para realizar um treinamento presencial de 06 (seis) horas sobre a Lei de Licitações (Lei 14.133/2021). O curso será direcionado aos servidores designados como gestores e fiscais de contratos, com uma estimativa de 30 participantes. O objetivo é proporcionar uma compreensão aprofundada da legislação, promovendo a aplicação prática de seus conceitos e diretrizes. A proposta deve incluir metodologias interativas e materiais de apoio para garantir um aprendizado eficaz e engajado.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1.1 - O prazo de execução do(s) serviço(s) começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da(o) Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas.

6.1.2 - Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

6.1.3 - Treinamento presencial em Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), direcionado aos servidores designados como gestores e fiscais de contratos:

Modalidade: Presencial

Local: A definir, no Centro do Município.

Data: Setembro de 2025.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



Carga Horária: 6 horas.

Público-Alvo: Servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos administrativos.

Material Didático: Disponibilizado pela contratada aos participantes.

Certificação: Os participantes receberão um certificado ao final do treinamento, com aproveitamento de no mínimo 75%.

6.2 - Conteúdo Programático:

- Atribuições e Responsabilidades do Fiscal de Contrato;
- Compreensão das funções e obrigações conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Procedimentos de Acompanhamento e Controle de Execução Contratual;
- Formalização de relatórios e registro de fiscalização;
- Aspectos Legais e Práticos da Ata de Registro de Preços;
- Entendimento das regras e aplicações práticas.

Penalidades e Medidas Corretivas;

- Identificação das consequências e ações em casos de descumprimento contratual;

6.3 - Essa estrutura visa garantir uma formação completa e efetiva, capacitando os servidores para atuarem com excelência e segurança na gestão e fiscalização de contratos.

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



7.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 - A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme ato administrativo específico, os quais serão responsáveis pelas atribuições definidas em regulamento próprio do(a) Município de Bocaina de Minas.

8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 - A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

8.1.1 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1 - Não produzir os resultados acordados;

8.1.1.2 - Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9 - DO RECEBIMENTO

9.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

9.1.2 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.2.1 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



9.2.2 - Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente for exercida por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

10 - LIQUIDAÇÃO

10.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.2 - os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas, CNPJ nº 18.194.076/0001-60, situada Rua Capitão João Mariano Dias, 86, Centro, Bocaina de Minas.

10.2.1 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.5 - A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



10.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

11 - PRAZO DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

12 - FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que

Quica



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 - REAJUSTE

13.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

13.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

14 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1 - O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, alínea(s) f) *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*; da Lei n.º 14.133/2021.

14.2 - Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

Adriana



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

14.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6 - O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.7 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.8 - Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.9 - Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.10 - Exigências de habilitação

14.10.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.11 - Habilitação jurídica (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)

14.11.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Quiter



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



14.11.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.11.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.11.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

14.11.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.11.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

14.11.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971;

14.12 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.12.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

14.12.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

14.12.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.12.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.12.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.12.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.12.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.12.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 - O custo estimado da contratação encontra-se detalhado no documento "estimativa de despesa e justificativa de preço", tendo sido juntado no processo os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para a respectiva justificativa.

16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Bocaina de Minas.

16.1.1 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Autos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0003.2.0011 - DESENV. DAS ATIVIDADES DEPTO. DE ADM. E FINANÇAS

17 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

17.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.2 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas, 25/08/2025.

Cleide Aparecida Vani Alves
Secretário(a) Municipal de Administração e Fazenda